

RESENHA

SERGHIDOU, Anastasia. Servitude tragique. Esclaves et héros déçus dans la tragédie grecque.
Besançon: Pufc, 2010, 366 p.

HERÓIS, ESCRAVOS*

*José Antonio Dabdab Trabulsi***

Anastasia Serghidou, professora assistente na Universidade de Creta, outrora dirigida no doutorado por Pierre Vidal-Naquet, vem se afirmando no cenário internacional das pesquisas sobre a escravidão antiga. Ela já tinha se encarregado de um belo livro sobre o tema, enquanto organizadora (**Peur de l'esclave – Peur de l'esclavage en Méditerranée ancienne. Discours, représentations, pratiques.** Besançon: Pufc, 2007), e nos apresenta agora um livro individual com um recorte e uma abordagem muito originais. Partindo do contexto do V século “mediatizado” pela tragédia, analisa a servidão através das metáforas da submissão e da dependência. Serghidou é original no sentido de não se limitar apenas ao grupo dos escravos, mas alargar seu campo a todos os que caem na submissão - heróis caídos em servidão por causa de uma derrota na guerra, assim como todos os que manifestam um comportamento de oprimido pelas mais variadas razões. Analisa a uma só vez os contextos lexicais, sociais e políticos que explicam o fenômeno da

* Recebido em 10/01/2013 e aceito em 01/02/2013.

** Professor titular de História Antiga do Departamento do História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

douleia, e isso a conduz a um estudo global da personagem servil, figura do desprezo, sem consistência, que, segundo ela, se constitui em garantidor importante da dimensão social do universo heroico. É através do destino do herói trágico que a autora escolhe analisar a realidade escravagista.

A primeira parte do livro (p. 23-107) se divide em dois capítulos. Em *A noção de douleia* (p. 25-49), Serghidou começa por um estudo geral da noção de *douleia*. Mostra que “a ideia da servidão exprime-se inicialmente em termos de oposição: um claro antagonismo se delinea entre o ‘poder dominador’, a autoridade ‘incorporada’ pelos senhores, e a prestação de serviços assegurada pelas personagens secundárias” (p. 26). O vocabulário que qualifica a escravidão (que possui um estatuto claro na realidade social) se refere a todo um universo de servidores, de domésticos, de mulheres raptadas, de prisioneiros de guerra, entre outros, num universo bem mais amplo. *Doulos* e seus derivados têm por função uma qualificação de desprezo, marcada pela obediência incondicional à vontade de outrem; e isso aniquila a personalidade do indivíduo, fazendo dele um “sujeito manejável” (p. 29). Em seguida, a autora vai ao outro extremo, falando da noção de liberdade. A tragédia da época clássica reatualiza a constante indo-europeia da oposição livre-escravo. No mundo da tragédia, que é o mundo do herói, as grandes questões coletivas são projetadas no destino de uma pessoa. O individual e o coletivo caminham juntos. A noção de liberdade é sempre subentendida e acompanha o destino do herói, “e sublinha os perigos que ameaçam a cidade na sua ausência” (p. 33). Mostra que, na tragédia, a noção de liberdade evoca a liberação em relação a uma situação penosa, mais que o quadro jurídico fixo da vida social. O vocabulário da escravidão, “sem chegar a tomar distância em relação à realidade escravista da época” é manejado pelos trágicos “segundo os códigos da sociedade trágica” (p. 45).

No segundo capítulo, *O cativo das mulheres* (p. 51-107), Serghidou examina sucessivamente as origens da escravização pela derrota na guerra, as maneiras de nomear os (as) que são escravizados (as), a “individuação” do cativo de guerra e as práticas coletivas de repressão. Explica igualmente a agregação familiar, as políticas domésticas de inferiorização, assim como os exílios, as cidades violentadas pela guerra, os bárbaros e os dependentes, entre outros aspectos do cativo das mulheres. Ela explica que

(...) uma série de valores heroicos assim como uma perturbação do equilíbrio social, político e cultural parece gerir a vida dos heróis caídos que, com toda a evidência, devem enfrentar em sua vida ator-

mentada pelos malefícios da guerra e da captura que ela acarreta, novas condições de vida e sensibilidades desconhecidas até então (...). Como um espelho no qual se refletem as desigualdades sociais ou a alteridade étnica e a inferioridade multidimensional do escravo, o cativo favorece e suscita, numa era de discussão renovada, o questionamento sobre o aspecto inumano do estado servil. (p. 107)

Avaliação ousada que muitos recusarão. De qualquer forma, temos aqui um estudo muito próximo do texto, abundantemente citado e examinado; e, também, em relação com isso, ótimos comentários sobre as práticas da guerra, a escravização, a repressão, a família e a inferiorização no seio da família, o exílio, os bárbaros e a história da associação entre bárbaros e escravos, entre muitos outros balanços curtos, concisos, precisos, de questões importantes de história grega, que é sempre útil revisitar. Tais qualidades estarão presentes ao longo de todo o livro, e eu não vou mais insistir nisso em seguida.

A segunda parte (p. 109-333) é mais longa do que a primeira e comporta vários capítulos. Começa com *Senhores e servidores* (p. 111-165). Neste capítulo, a autora examina a figura hegemônica do tirano, o poder protetor do *despotès*, o poder do senhor e a compaixão servil, as prestações de serviços, as amas de leite e os benefícios da *trophè*, a comensalidade e as hierarquias sociais, o *ponos* servil, entre outros aspectos. Ela mostra que: “submetido à lógica do poder e da submissão, o herói é o brinquedo das circunstâncias que o querem às vezes governante, às vezes governado, às vezes soberano, às vezes conquistado e, por isso, submetido. Sua posição subalterna é confirmada no contexto da prática do cativo, mas ela pode também estar presente num contexto puramente ideológico já que a imagem do bárbaro é muitas vezes identificada à do escravo e à inferioridade social que ele encarna para um grego” (p. 111). Dito em relação a um contexto doméstico, o título de tirano permite aos trágicos criticar os abusos de poder, enfatizando os excessos nas relações de dominação, e isso no interior de espaços não diretamente políticos. A autoridade absoluta do senhor se encontra criticada pela associação com a figura do tirano. Curiosamente, a qualificação de *despotès*, a mais utilizada pelas personagens servis, parece carregar um signo de autoridade honorífica que se desmarca da violência - situação tanto mais paradoxal, pelo menos na aparência - quanto remete a uma ideia de autoridade bárbara, mas talvez explicável pela dimensão de proximidade afetiva que ela garante (p. 117).

Em *Tarefas servis* (p. 167-205), a autora mostra que o papel dos escravos não se limita aos serviços domésticos. Há também uma dimensão de apoio psicológico e ajuda proporcionada pelo seu esforço físico, o que pode fazer deles cúmplices ou companheiros de seus senhores. Ela fala de uma “presença de companhia” que significa muitas vezes uma “presença guardiã” de vida ou de morte (p. 167). O escravo está sempre com os olhos voltados para o senhor e segue-o nas cenas íntimas. Um caso especial é o dos pedagogos que, “apesar das particularidades próprias ao seu papel educador, passam sua existência junto ao senhor ao qual eles servem de guia” (p. 171). Serguidou destaca também a reciprocidade dos sentimentos e a reciprocidade dos gestos, decorrentes do sofrimento em comum: o toque em especial, gesto de solidariedade entre personagens opostas socialmente como o são senhor e servidor. Os servidores são também testemunhas do inefável: “seja pela palavra, pelo olhar ou pelos gestos, as pessoas dependentes observam e registram a morte” (p. 179). E, para além do transporte dos cadáveres, o servidor está presente nos momentos rituais e do luto; servidores povoam as cenas de morte, assassinato ou suicídio; são “veladores de mortos”. São, de certa maneira, mediadores que colocam em contato os tempos de vida e de morte, os espaços do interior do palácio, lá onde a morte intervém muitas vezes, e a orquestra, onde é exposto o destino do herói - serviço que implica movimento, passagem, e os associa aos lugares onde a passagem se deixa ver, como a entrada do palácio (p. 187). Eles são, aliás, em geral, os guardiões da entrada do palácio, transformando um lugar de separação em lugar transparente, permitindo “a penetração fictícia do espectador no interior dos espaços afastados e escondidos do palácio” (p. 187). Os servidores são, a tal ponto, apegados à antiguidade do *oikos*, que contribuem, de certa maneira, à sua continuidade, não mais se dissociando dos laços familiares e afetivos, a ponto de, por vezes, interferirem, diz a autora (p. 194), com o papel do amigo da família ou do parente próximo. As personagens *servis* (escravos domésticos, amas de leite, pedagogos, valetes, companheiros do herói) são agentes de comunicação, pois são encarregadas de missões de transporte. Adquirem uma espécie de estatuto fronteiriço, põem em comunicação espaços e atores do drama. A assistência física é o seu primeiro dever, e seus esforços físicos revelam sua condição social de excluído: “companheiro solidário na alegria e na dor do senhor, o escravo trágico é antes de tudo um suporte manual, pronto a fornecer sua ajuda ao senhor em perigo” (p. 200). Os encargos *servis* acompanham as penas dos senhores: eles transportam os

presentes malditos, as informações maléficas, os corpos mortos, os objetos da enganação, etc.

Em *Vozes servis* (p. 207-256), a autora liga a posição de guardião da entrada com a possibilidade de controle das mensagens orais, e o universo do cativo feminino ao da transmissão oral da desgraça. Caídas na desgraça, essas mulheres cativas anunciam seu próprio destino catastrófico, caracterizando uma lamentação em relação à inversão social sofrida. Servindo de ponte entre espaços diferentes, essas personagens estão em perpétuo deslocamento. Mas, diz a autora, “a realidade é bem outra, e a ideia da comunicação e da mediação verbal nos remete à liberdade de palavra e à autoridade do discurso emitido pelos cidadãos. A ausência de tal autoridade, signo de inferiorização, remete à incomunicabilidade” (p. 219), estando as personagens servis desprovidas de qualquer iniciativa pessoal. A eficácia do discurso servil só pode então residir na informação dada e recebida por meio de um olhar perceptivo e intuitivo (p. 229). A linguagem servil (entre silêncio e palavra, entre passado e futuro, entre aqui e alhures) “abre-se num mundo que é outro, e no qual as personagens trágicas são convidadas a entrar” (p. 224). Aqui há comunicação, pois

(...) se, no nível da interpretação dos acontecimentos, o escravo servil se exprime de maneira ingênua ou irracional marcando a separação em relação ao mundo heroico, no nível da narração, ele é obrigado a entrar na dinâmica da comunicação verbal e, além disso, de seguir as regras que a gerenciam e a tornam possível (p. 255-256) [viabilizando a comunicação entre personagens subalternas e heróis trágicos].

Em “Autoridade do olhar e relações de dependência” (p. 257-288), Serguidou explora com muita profundidade a questão da visão dos servidores no quadro geral da cultura grega. Já que são desprovidos de identidade independente, os servidores são afastados do olhar do outro. São espécies de “identidades transparentes”, não se encontram num mecanismo de reciprocidade, e seu olho é desprovido de expressividade que lhe seja própria. A autora explica brilhantemente que: “seres que olham sem serem vistos, escravos e servidores nos introduzem na complexidade da visão grega, uma complexidade que levanta problemas de hierarquia social e de tomada de posição em relação ao mundo que se observa, e às realidades que se percebe” (p. 258). O olhar servil capta a realidade exterior, revela o aspecto exterior

das coisas, abre vias de saber para o desvendamento da realidade, mas essas qualidades são claramente limitadas: não chegam ao nível das qualidades do *histôr* e não possuem a certeza da *epistémé*. Olhar servil, em suma.

Finalmente, em *A aparência servil* (p. 289-333), Serguidou mostra que a figura do servidor é marcada pela ausência de personalidade independente, pela ausência de autonomia do sujeito. Tal figura é marcada pela transparência, pela vulnerabilidade, pela fraqueza, o que a opõe aos heróis, marcados pela conduta voluntária e pela necessidade de agir. Isso se manifesta através de uma gestualidade, de um discurso e de um olhar específicos; da mesma forma, “a entidade física se torna uma marca de diferenciação que oferece uma leitura particular dos comportamentos de submissão, dos signos de autoridade e de predominância social e ideológica, enquanto que o rosto, suporte do olhar como lugar da emoção, aparece como um espelho sobre o qual se reflete a desigualdade dos afetos” (p. 290).

O resultado é muito interessante no cruzamento dos estudos textuais e literários, das inúmeras pesquisas sobre a escravidão conduzidas em Besançon nas últimas décadas e da antropologia histórica da Escola de Paris. Este livro terá vários públicos, que não coincidirão inteira ou necessariamente: os que se interessam pelos textos antigos, em especial a tragédia; os que se interessam pela escravidão antiga em si mesma; e os que estão atentos a todas as inovações de abordagem no estudo da Antiguidade clássica.